



ID: 116348021

Quase todos os municípios diminuíram a dívida

Na região, apenas em Peso da Régua e Sernancelhe o endividamento aumentou nos últimos anos

A pesar da redução alcançada nos últimos anos, Chaves continua a ser o município do distrito de Vila Real com um volume de dívida total maior, ultrapassando os 21,8 milhões de euros em 2023, segundo os dados mais recentes disponibilizados pela Direção-Geral das Autarquias (DGAL). Ao longo da última década, a câmara diminuiu para menos de metade do valor em dívida. Passou de 46,5 milhões de euros (2014) para os 21,8 milhões (2023).

Segue-se Peso da Régua, com 20,5 milhões de euros de endividamento, sendo que em 2014 registava uma dívida de 18,5 milhões, números que contrariam a tendência dos restantes municípios da região, onde a dívida tem descido.

O terceiro município do distrito com uma dívida total maior é Vila Real, com mais de 14 milhões de euros, quando em 2014 o valor era de 20,4, tendo registado uma melhoria significativa.

Entre os municípios de menor di-

menção, Alijó, com 10,4 milhões de euros é o último município com valor de dois dígitos. Ribeira de Pena, com 8,8 milhões, Vila Pouca de Aguiar com 6,6 e Mesão Frio com 5,6 são os municípios que se seguem. Abaixo dos 5 milhões de euros surge Mondim de Basto (4,7), Valpaços (3,4), Montalegre (3,2), Sabrosa (2,8), Santa Marta de Penaguião (1,8) e Murça (1,7). Boticas é o município com uma situação financeira mais equilibrada no distrito, com uma dívida total de 769 mil euros.

No distrito de Bragança, Alfândega da Fé apresentava a maior dívida em finais de 2023, com 16,3 milhões, menos quatro milhões que em 2014. Miranda registava 15,7 milhões, quando em 2014 o valor era de 24 milhões de euros.

Seguem-se os municípios de Freixo de Espada à Cinta com 13,6 milhões e Macedo de Cavaleiros com 12,7 milhões de euros. Depois vem Torre de Moncorvo (8,7), Bragança (5,4), Vila Flor (3,9), Miranda do Douro (3), Vinhais (2,7), Carrazeda de Ansiães (2,1), Vimioso (2) e por último Mogadouro (1,3), que é o município com o valor de dívida mais baixo no distrito brigantino.

No distrito de Viseu, Lamego apresentava uma dívida de 25,6 milhões em 2023, que tem vindo,

contudo, a baixar, já que em 2014 era de 43,4 milhões.

Acima dos 10 milhões de euros, Tarouca, que em 2023 tinha uma dívida total de 11 milhões. Nessa altura, Tabuaço devia 9,7 milhões, São João da Pesqueira 7,9, Armamar quase 4 milhões, Sernancelhe pouco mais de 3 milhões e Moimenta da Beira 2,5 milhões. Penedono não apresenta dados à DGAL desde 2021, mas em 2017 a dívida era de 296 mil euros, menos 32 mil euros do que em 2014.

Em Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, a dívida é de abaixo dos 900 mil euros, sendo a segunda menor dívida total na região.

PRAZO MÉDIO PAGAMENTO

No final de 2024, Tabuaço, Peso da Régua e Alfândega da Fé tinham o prazo médio de pagamento mais elevado da região.

No último trimestre do ano passado, a câmara de Tabuaço demorava 129 dias a pagar. E se comparativamente com o final de 2023, o número baixou 29 dias, em relação ao trimestre anterior, registou um agravamento, ainda que ligeiro, de 126 para 129 dias. Quase todas as autarquias mais incumpridoras estão a demorar mais tempo a



ID: 116348021

pagar. São mais 93 dias no caso de Santa Comba Dão, e 81 nos municípios de Nelas e Setúbal. Apenas Alfândega da Fé melhorou os prazos e Figueiró dos Vinhos manteve o mesmo número de dias.

Peso da Régua, no distrito de Vila Real, tinha um PMP de 102 dias, mais 22 em relação ao terceiro trimestre de 2024.

Já Alfândega da Fé, no distrito de Bragança, demorava 91 dias a cumprir as suas obrigações com os fornecedores, no último trimestre do ano passado, menos 27 dias do que no final de setembro.

Os municípios de Armamar e Tarouca não reportaram os dados no SISAL.

Segundo os dados mais recentes da DGAL, eram 20 as autarquias que demoravam mais de 60 dias a pagar no final de 2024, sendo mais três do que no trimestre anterior.

São apontadas várias razões para o agravamento do prazo de pagamento, como o fecho das contas das autarquias, o acerto de faturas e a demora no lançamento das faturas no sistema,

que acontecem no final do ano.

FREIXO

Um município que marcava sempre presença neste ranking era Freixo de Espada à Cinta, por norma a liderá-lo, mas no final do ano passado não constava, sendo que em 31 de dezembro de 2023 tinha ainda um prazo médio de pagamento de 191 dias e a no final de março de 2024 era de 161.

No entanto, este município recorreu ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em novembro de 2023, e contraiu um empréstimo de 12,6 milhões de euros para pagar dívida e fazer face às necessidades financeiras da autarquia. A primeira tranche chegou em janeiro de 2024, de quatro milhões de euros, possibilitou pagar as dívidas até dezembro de 2022, segundo o autarca Nuno Ferreira e a segunda tranche serviu para pagar as dívidas até agosto de 2023.

É graças a este “programa excepcional” que a autarquia está a reduzir os prazos de pagamento aos fornecedores e a pagar 12 empréstimos que foram herdados desde há 25 anos.

